

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 36/2013**

Período: 05/10/2013 – 11/10/2013

GEDES – Brasil

- 1- Especialista comenta influência militar na Constituição Federal brasileira
- 2- Marinha e Aeronáutica disputam território com quilombolas
- 3- Comissão Nacional da Verdade aponta existência de arquivos microfilmados pela Marinha
- 4- Instalação de Unidade de Polícia Pacificadora contou com apoio de blindados do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha.
- 5- Documentos revelam cooperação entre serviços inteligência de países do Cone Sul antes da Operação Condor
- 6- Aviões KC-137 foram desativados

1- Especialista comenta influência militar na Constituição Federal brasileira

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, Eliézer Rizzo de Oliveira, cientista político e vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), comentou a influência dos militares, que passaram 21 anos no poder (1964-1985), sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Oliveira afirmou que a presença dos “representantes dos quartéis” garantiram a permanência “dos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, do Serviço Nacional de Informações (SNI) e mesmo do presidencialismo.” Por outro lado, não se garantiu a existência do Conselho de Segurança Nacional, que foi fator estratégico durante o regime militar. O especialista destacou ainda que, no decorrer do governo do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) criou-se o Ministério da Defesa, com o estabelecimento do controle civil sobre os militares. Por fim, mencionou a Lei Complementar que corrigiu um importante erro jurídico, o artigo 142 da Constituição Federal, que concedia “a qualquer dos Poderes da República a capacidade de pedir a intervenção militar para garantir a lei e a ordem”. (*O Estado de S. Paulo – Especial – 06/10/13*)

2- Marinha e Aeronáutica disputam território com quilombolas

O periódico *Correio Braziliense*, retratou dois casos de disputa por território envolvendo as Forças Armadas como uma das partes das controvérsias. No primeiro caso, a Aeronáutica disputa territórios com comunidades quilombolas em processo de titulação na cidade de Alcântara, no estado do Maranhão, onde se localiza a base de lançamento de foguetes da corporação. Já o segundo caso envolve a Marinha, que enfrenta o mesmo tipo de desentendimento nas cidades de Simões Filho, no estado da Bahia, e de Sepetiba, no estado do Rio de Janeiro. De acordo com Givânia Selva, coordenadora-geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), apesar dos estudos apontarem que as terras ocupadas pelas bases militares pertencem às comunidades quilombolas, não há como demarcá-las, pois as bases são

antigas e desempenham importantes funções, sendo necessário buscar um equilíbrio para resolver o impasse. (Correio Braziliense – 06/10/13)

3- Comissão Nacional da Verdade aponta existência de arquivos microfilmados pela Marinha

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, um grupo de trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV), desativado em maio após divergências entre seus membros, encontrou documentos que revelam a existência de um arquivo com cerca de 1,2 milhão de fotogramas de arquivos do regime militar (1964-1985). Os documentos comprovam a existência da operação Netuno, realizada entre 1972 e 1974 pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar). O objetivo da operação era preservar a documentação militar através de cópias em microfilmagem, técnica que prolonga a preservação de arquivos e facilita seu armazenamento. Segundo relatório do Cenimar, os microfilmes seriam armazenados nos arquivos do Rio de Janeiro e da capital federal, Brasília. A Marinha, que segundo relatório teria investido na aquisição de equipamentos para microfilmagem e enviado militares aos Estados Unidos da América para um curso na biblioteca do Congresso estadunidense, informou não ter registros dessa operação. Segundo apuração da *Folha*, em recente ofício enviado ao Ministério da Defesa pelos comandantes das Forças Armadas, foi mencionada legislação em vigor durante o regime militar que previa a destruição de documentos. O destino de parte da documentação do regime é desconhecido e não se exclui a possibilidade de que alguns documentos já não existam mais. Segundo levantamento do Arquivo Nacional, acervos de mais de 200 órgãos de inteligência do regime militar ainda estão desaparecidos. O jornal ressaltou que a legislação que vigorou entre 1946 e 1990 previa a elaboração de guias relatando a destruição de documentos, no entanto havia brechas que permitiram até mesmo a destruição de tais guias. (Folha de S. Paulo – Poder – 07/10/13)

4- Instalação de Unidade de Polícia Pacificadora contou com apoio de blindados do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a instalação da 35ª Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no complexo de favelas do Lins, na cidade do Rio de Janeiro, contou com cerca de mil agentes de forças de segurança e 14 blindados do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha. No início da ocupação, um blindado chegou a derrubar um abrigo de ônibus, ferindo um sargento. Segundo o jornal, não houve reação violenta e a instalação da UPP ocorreu de forma pacífica. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 07/10/13)

5- Documentos revelam cooperação entre serviços inteligência de países do Cone Sul antes da Operação Condor

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) encontrou, no Arquivo Nacional de Brasília, documentos que apontam a ligação entre os desaparecimentos de três militantes de esquerda na cidade do Rio de Janeiro e de dois em Buenos Aires, na Argentina, ocorridos em 1973. Segundo o jornal, esses documentos reforçam a tese de

que já havia cooperação entre os serviços de inteligência do Cone Sul “na luta contra a subversão” antes da chamada Operação Condor, iniciada em 1975. Os documentos revelam detalhes do desaparecimento do francês Jean Henri Raya Ribard, do argentino Antonio Pregoni e do brasileiro Caiupy Alves de Castro, no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, em 23/11/73. De acordo com *O Estado*, esses sumiços teriam relação direta com a prisão do major exonerado e banido do Brasil, Joaquim Pires Cerveira, e de João Batista Rita, em Buenos Aires, em dezembro de 1973. Em um relatório interno do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), do Ministério das Relações Exteriores, datado de março de 1974, o agente Alberto Conrado Avegno – sob o codinome “Altair” – revelou informações, obtidas de um informante não identificado, que apontavam que o grupo de Ribard e Pregoni mantinha contato com o major Cerveira através da poeta e militante peronista Alicia Eguren. No mesmo relatório havia o aviso de que Ribard viajara ao Rio de Janeiro em novembro de 1973, para uma ação armada conjunta, com o grupo de Cerveira, cujo alvo não foi identificado. Ainda segundo o documento, o informante viajaria para o Rio de Janeiro para investigar o que havia acontecido com Ribard. André Sabóia Martins, secretário executivo da CNV, afirmou que não há mais dúvidas acerca da relação entre as prisões ocorridas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, pois as três pessoas presas no Rio de Janeiro estiveram pouco tempo antes em Buenos Aires. Além disso, Martins declarou que nos documentos encontrados pela CNV existem outras referências aos casos citados. De acordo com *O Estado*, os documentos sobre o caso foram encontrados pelo grupo de trabalho da CNV responsável pela apuração da Operação Condor, coordenado pela advogada Rosa Maria Cardoso. A CNV e a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, de São Paulo, realizaram no dia 11/10/13 uma audiência pública sobre os três militantes desaparecidos no Rio de Janeiro e contou com os depoimentos do secretário executivo do Arquivo Nacional da Memória da Argentina, Carlos Lafforge, e Mabel Bernis Raya, psicanalista e esposa de Ribard. (*O Estado de S. Paulo – Política – 09/10/13*)

6- Aviões KC-137 foram desativados

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, no dia 10/10/13, em solenidade na Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, aeronaves “KC-137, versão militar do Boeing 707”, foram desativadas. Segundo *O Correio*, os aviões, que pertenciam ao Esquadrão Corsário do 2º Grupo de Transporte, não serão substituídos por enquanto. (*Correio Braziliense – 10/10/13*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em

receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).